

ANC X ANC p 4

24 JUN 1987



Fernando Henrique (E), José Inácio, Cabral, Ulysses, Arinos, Jobim, Brandão e Sant'Anna reunidos no Senado

Relator espera anteprojeto avançado

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), depois de várias reuniões com a cúpula do PMDB e o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, (PMDB-RJ), chegou à conclusão de que as questões mais polêmicas da constituinte deverão receber um tratamento mais avançado no seu anteprojeto.

Cabral reuniu-se pela manhã e à tarde, numa pequena sala do Centro de Processamento de dados do Senado (Prodasen) com Arinos, o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, o líder na constituinte, Mário Covas, o líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, o senador José Inácio (PMDB-ES) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) — os dois últimos, relatores-adjuntos. Participaram também da reunião, o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão de Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, o líder do PDT, Brandão Monteiro e o senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Avanços — Cabral, ao reunir esse conselho político, procurou uma base negociada dentro do partido majoritário para redigir seu anteprojeto nos pontos que vêm dividindo o PMDB e a Constituinte, como a reforma agrária, concessão de canais de rádio e TV, definição de empresa nacional, censura, verbas para educação, reserva de mercado, pluralidade ou unicidade sindical e ampliação da anistia. O pensamento de Cabral, ao partir para a negociação, foi o de dar o maior respaldo possível ao anteprojeto que entregará na sexta-feira para ser discutido e emendado na comissão de sistematização.

"Vamos ter avanços", prometeu Cabral, ao deixar o Prodasen na hora do almoço. Naquele momento, já havia se chegado a um consenso a respeito da concessão de canais de rádio e TV, da censura, da anistia, das verbas para a educação.

Fórmulas — Durante as reuniões, Ulysses manteve uma atitude discreta, falando pouco. Cabral, de um modo geral, preferiu sempre falar, se manifestar por último, sintetizando a posição dominante. O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado Nelson Jobim, dois dos relatores-adjuntos, ambos vinculados aos setores progressistas do PMDB, atuaram no sentido de encontrar fórmulas que, expressando avanços no anteprojeto, não acirrassem os ânimos dos setores conservadores.

Um dos participantes saiu convencido de que o estado de espírito que preside as negociações é o de garantir avanços. Depois do susto dos resultados de algumas comissões temáticas, disse esse parlamentar, a cúpula do PMDB resolveu agir para forçar a negociação e impedir retrocessos na Constituição.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, por exemplo, que nos temas políticos — como forma de governo e duração de mandato — expressa as posições do Planalto ao dar sua opinião na reunião sobre a destinação das verbas públicas no setor da educação, adotou as teses mais progressistas.

O que o PMDB acertou

São estes os principais pontos acertados na reunião da cúpula do PMDB com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM):

□ **Concessão de canais de rádio e TV** — A concessão será atribuição do presidente da República, *ad referendum* do Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação, cuja composição será definida em lei posterior. Essa solução ficou muito próxima da proposta do deputado Artur da Távola na Comissão de Família, Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação.

□ **Censura** — Não haverá censura prévia. A posição representa uma derrota dos setores evangélicos, que atuam na Constituinte em favor da censura.

□ **Verbas para a educação** — Serão destinadas apenas à rede pública, abrindo-se exceção para entidades comunitárias, filantrópicas ou confessionais sem fim lucrativo. A redação ficará próxima à do relatório de Artur da Távola.

□ **Anistia** — Os funcionários públicos civis e militares atingidos por atos políticos terão direito à reintegração ao serviço público ou à aposentadoria com os direitos, vantagens e promoções a que fariam jus se estivessem na ativa. Não poderão, porém, receber vencimentos atrasados, com valores corrigido, como previa anteprojeto da Comissão de Soberania, do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS). A redação acompanhará a posição aprovada na Comissão de Ordem Social, cujo relator foi o senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

□ **Empresa nacional** — Só é considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país cujo controle de capital e decisório esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicionalmente, sob a titularidade de pessoa física domiciliada no país ou por entidade de direito público interno.

Serra garante que novo esquema tributário vai beneficiar municípios

SÃO PAULO — Os estados e municípios brasileiros ganharão uma grande autonomia financeira se o documento do relator da Comissão do Sistema Tributário e Finanças da Constituinte for aprovado. Quem garante é o próprio relator, deputado José Serra (PMDB-SP), que esteve na Assembléia Legislativa para explicar aos deputados as vantagens que vêm na reforma tributária por ele articulada.

"Um exemplo desse fortalecimento e autonomia é a ampliação da base do ICM, o aumento da participação dos municípios na arrecadação de impostos federais e a liberdade para fixação de alíquotas do ICM a nível estadual", afirmou Serra, depois de ter conversado mais de duas horas com os deputados paulistas.

Para Serra, a Constituinte poderá incorporar tributos aos outros — de 16, o total de impostos passaria para 13 —, sendo que o ICM seria fortalecido. "Estamos com uma perspectiva de um sistema tributário mais justo do ponto de vista de distribuição social e também mais moderno, ajustado a uma economia brasileira que se moderniza", acrescentou.

A maior vítima — O contribuinte, no projeto de Serra, não terá diminuído seus deveres quanto ao pagamento de impostos. "Mas o cidadão contribuinte ganhará através de um maior controle dos gastos públicos e com a melhoria dos serviços públicos", explicou. No projeto, a maior vítima dos constituintes, dentro do espectro da reforma tributária, será a União, que perde um pouco do que tem hoje na fatia que retira do bolo orçamentário.

O ex-secretário de Planejamento de São Paulo, em sua entrevista, referiu-se também à forma de governo em discussão e disse discordar da proposta de neoparlamentarismo que circula na Constituinte. "As fórmulas híbridas me assustam pelo conflito de poderes que podem causar dentro do executivo mas, de qualquer forma, a tendência maior no Congresso é por um sistema de parlamentarismo misto", disse Serra.

Esboço fica pronto na sexta-feira

BRASÍLIA — O cuidado com que os relatores adjuntos, os relatores auxiliares e o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, estão tendo com os detalhes nesta primeira fase dos trabalhos tem uma explicação: na sexta-feira, eles apresentarão o esboço do anteprojeto da nova Constituição.

Os membros da Sistematização — 92 constituintes mais o relator — poderão apresentar sugestões para modificar o anteprojeto até o dia 2 de julho. Depois disso, Cabral terá mais cinco dias — até 7 de julho — para apresentar um novo texto, chamado de substitutivo, aceitando ou não as sugestões. No de julho, começará o processo de votação, que deverá estar concluído até 15 de julho.

Emendas — A Comissão de Sistematização enviará o projeto ao plenário, onde poderá receber emendas do constituinte e as de iniciativa popular. Estas deverão ser submetidas por um mínimo de 30 mil eleitores, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas. A assinatura de cada eleitor deve estar acompanhada de seu nome legível, endereço e número do título.

Cada eleitor poderá subscrever, no máximo, três emendas e caberá à Comissão de Sistematização dividir se a emenda irá ao plenário. No caso de recusa da emenda popular, isso deverá ocorrer por unanimidade — a proposta poderá ser reapresentada se um constituinte assumi-la.

A emenda popular poderá ser defendida na Sistematização por um dos seus signatários, a ser indicado na hora em que for protocolada. Para essa defesa, o tempo será de 20 minutos. Um detalhe importante: cada proposta popular deverá tratar de um único assunto, independentemente no número de artigos que contenha.

Os constituintes terão prazo de 15 de julho a 15 de agosto para apresentar emendas. Durante dez dias, o projeto e as emendas — tanto populares como de constituintes — serão discutidas em plenário.

No dia 25 de agosto começa a segunda e decisiva fase da Comissão de Sistematização. Durante 25 dias, até 20 de setembro, a comissão vai analisar as emendas ao projeto. Até 5 de setembro o relator Bernardo Cabral fará a análise sozinho, e nessa fase poderá optar por um substitutivo. Os restantes 15 dias são reservados para a votação do substitutivo.

Os prazos seguintes não estão definidos, porque dependerão do andamento dos trabalhos. Mas o primeiro passo será a volta do substitutivo ao plenário, para nova votação. Ainda podem aparecer emendas nessa fase em artigos ou itens que foram inovados pela Sistematização. Depois disso, entre a votação do primeiro turno e a redação final da Constituição, o projeto irá à Sistematização e voltará ao plenário por cinco vezes, para pequenas alterações de aperfeiçoamento de redação. A promulgação da Carta está prevista para início de dezembro.